

(Tradução)

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA
ANO FINANCEIRO DE 2005**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2004	4
SEGUNDA PARTE – PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2005.....	10
1. Aprofundar os trabalhos da reforma do funcionalismo e aperfeiçoar a prestação de serviços	12
2. Consolidar as bases da economia e assegurar o desenvolvimento sustentado	17
3. Reforçar a cooperação com o exterior e potenciar o papel de plataforma	20
4. Iniciar a reforma educativa e promover a cultura humanista	23
TERCEIRA PARTE – PROMOVER A SOLIDARIEDADE E O PROGRESSO E CONSTRUIR UMA SOCIEDADE DE EXCELÊNCIA	28
CONCLUSÃO	35

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA
ANO FINANCEIRO DE 2004**

CHEFE DO EXECUTIVO HO HAU WAH

16 de Novembro de 2004

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, venho, hoje, apresentar a esta nobre Assembleia reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2005.

INTRODUÇÃO

Sob a égide dos princípios “Um País, Dois Sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e com alto grau de autonomia, a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China vai completar em breve o seu quinto aniversário. Nestes cinco anos, a RAEM viveu períodos de altos e baixos, de sucessos e fracassos, enfrentou desafios e foi palco de constantes mudanças, tal como em qualquer outra parte do mundo. Com o apoio do Governo Central e os esforços das gentes de Macau, a nossa “Terra de Flor de Lótus” conseguiu preservar a estabilidade, continuando na senda da reforma e abertura. A RAEM logrou ultrapassar as dificuldades no processo do seu desenvolvimento e hoje é uma terra cheia de vitalidade e esperança.

Este ano foi um ano em que vários factores favoráveis ao desenvolvimento se conjugaram para formar um panorama de grandes potencialidades, sendo já visíveis os resultados de alguns projectos em curso. De entre os projectos,

alguns já entraram na fase fulcral de execução, outros foram recentemente lançados, mas que já se pode antever os seus resultados, e ainda há aqueles que foram concebidos numa perspectiva de longo prazo. Todas estas iniciativas contribuíram para elevar o patamar de confiança da sociedade. Neste contexto de grande dinamismo, a prioridade política do Governo consiste na criação de condições propícias para potenciar as vantagens deste cenário. Foi igualmente importante a realização das eleições do segundo Chefe do Executivo que decorreram de forma bem sucedida. Este evento constitui um marco importante que assinalou a entrada numa nova fase dos princípios “Um País, Dois Sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e com alto grau de autonomia.

O próximo ano é o sexto ano em que o Governo da RAEM assume a responsabilidade governativa e, ao mesmo tempo, é o primeiro ano do seu segundo mandato. Iremos empenharmo-nos nos trabalhos com uma nova visão, fazendo uso dos ensinamentos resultantes das experiências destes últimos cinco anos. As acções governativas serão orientadas para uma maior consolidação das bases dos diversos sectores da sociedade, sendo acompanhadas de um reajustamento de estratégias, por forma a assegurar uma melhor adaptação ao meio envolvente. Só assim é que podemos responder às rápidas mutações e às necessidades de desenvolvimento a longo prazo da RAEM, no sentido de alcançar a elevação sustentada e segura da qualidade de vida da sua população. Iremos dar maior atenção ao reforço das sinergias da sociedade, especialmente as que se revestem de maior valor estratégico. Iremos também retirar pleno proveito dos factores benéficos que podem, entretanto, surgir ao longo do tempo, atribuindo aos sectores mais dinâmicos o papel de motor de desenvolvimento de outros ramos de actividade. Só assim é que poderemos generalizar os frutos do progresso sem termos de pagar um preço excessivo. É por este motivo que na definição das políticas governativas, colocamos sempre a ênfase na inovação e na capacidade de avaliação de riscos. Procurámos uma melhor articulação e cooperação entre as instituições e entre a Administração e a sociedade. Solicitámos aos dirigentes e chefias da Administração Pública para que se coloquem numa posição de vanguarda, com vista a responder às exigências de desenvolvimento da RAEM nesta fase, elevando as suas capacidades de gestão, de modo a formar uma equipa dotada de qualidades intelectuais e dinamismo, com sentido de responsabilidade e sensibilidade, pronta para dedicar o seu melhor em prol dos objectivos de governação.

PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2004

Ao longo deste ano, as acções do Governo no âmbito da reforma administrativa foram reforçadas e aperfeiçoadas no sentido de ultrapassar as dificuldades e combater os problemas específicos detectados. Procurámos fazer uma ligação mais sistemática da reforma do serviço prestado ao público com a reestruturação orgânica das entidades públicas. Aperfeiçoámos as funções do Governo Electrónico, optimizando o seu serviço e a sua gestão. Demos continuidade ao alargamento do programa “Carta de Qualidade”, promovendo a sua gestão segundo critérios científicos, com vista a elevar a qualidade do serviço. O modelo de serviço “one stop” passou a ser agregado ao processo de optimização dos procedimentos administrativos e o Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, que funciona segundo este modelo, representa um importante avanço no processo da reforma administrativa.

As opiniões da população sobre os serviços prestados pela Administração constituem dados de referência importantes para o Governo definir as medidas de aperfeiçoamento necessárias. Procurámos garantir que os mecanismos de tratamento de queixas sejam transparentes, atempados e eficientes. Elevámos a capacidade de tratamento de queixas que envolvem as competências de diversos serviços públicos. Continuámos a acompanhar os casos já tratados, procurando conhecer as reacções da população com vista a melhorar os trabalhos. Continuámos a reforçar a formação dos funcionários públicos, com incidência na formação especializada e na formação específica destinadas a elevar o seu desempenho profissional.

As actividades de combate à corrupção e as de auditoria prosseguiram de forma vigorosa. Hoje a cultura de integridade e fiscalização está basicamente instalada no seio dos serviços públicos. Esta cultura lançou as sementes para a formação de um espírito de honestidade, justiça e disciplina, com efeitos benéficos para toda a sociedade.

No decurso deste ano, graças ao esforço conjunto dos sectores profissionais e do Governo, aliados aos efeitos da política de “turismo de visto individual”, pudemos registar em Macau um aumento de visitantes, uma subida de valores de consumo por visitante, uma expansão notável do sector dominante e, conseqüentemente, um crescimento acentuado do PIB e das receitas fiscais.

O Governo, com vista a concretizar uma política de desenvolvimento integrado, criou organismos próprios para assumir responsabilidades nesse domínio. O prosseguimento com sucesso dos trabalhos preparatórios para a construção do “Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau” e de captação de investidores, aliado às enormes potencialidades de desenvolvimento dos novos ramos de actividade, constituem contributos decisivos para a optimização do parque industrial de Macau.

O Governo da RAEM continua firme no apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais, dando continuidade aos três programas de apoio vocacionados para minorar as dificuldades de financiamento dessas empresas. Continuamos empenhados em promover a redução dos custos de energia. Graças ao crescimento global da economia e aos esforços dos vários sectores, assistimos a uma melhoria na situação de emprego e uma redução continuada das taxas de desemprego.

Os nossos trabalhos de optimização das condições de mercado mereceram o reconhecimento dos sectores e da comunidade internacional. De acordo com a avaliação da Organização Mundial do Comércio, Macau depois da reunificação, continuou a ser um dos lugares com políticas comerciais e de investimento mais liberais e abertas do Mundo.

Apesar de se ter registado um crescimento satisfatório de receitas financeiras, o Governo da RAEM mantém uma atitude de rigor na gestão das despesas e das finanças públicas, garantindo uma acumulação crescente dos saldos e das reservas financeiras.

Com vista ao pleno aproveitamento do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau (CEPA),

o Governo criou uma estrutura de acompanhamento e lançou um conjunto de actividades promocionais e de divulgação em Macau e no Continente Chinês para incentivar os investidores a tirar partido das oportunidades oferecidas por este instrumento.

Continuámos a elevar o nível de cooperação com as províncias vizinhas, nomeadamente Guangdong e Fujian, bem como a reforçar as relações amistosas de cooperação com a Região do Delta do Rio Yangtze. Relativamente ao programa inovador de integração regional do Grande Delta do Rio das Pérolas, o Governo adoptou uma atitude de participação activa e colaboração estreita, tendo as acções nas várias vertentes registado significativos progressos nos últimos meses. De igual modo, através de visitas efectuadas à Alemanha, Portugal e outros países, o Governo da RAEM expandiu o seu campo de cooperação com o exterior. No processo de implementação da política de “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”, a nossa função de plataforma de comércio regional foi potenciada, tendo sido evidenciado o papel de intermediário desempenhado por Macau nas relações entre a China e os Países e Territórios de Língua Portuguesa.

O Governo da RAEM lançou-se com afinco na execução dos projectos de infraestruturas de comunicação. O novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco entrou já em funcionamento; as obras da 3ª Ponte Macau-Taipa vão ser concluídas muito em breve; as obras dos diversos pavilhões desportivos destinados à realização dos Jogos da Ásia Oriental, bem como das suas instalações complementares, encontram-se em plena execução. Face a este panorama, estamos confiantes em poder proporcionar as melhores condições para a realização deste evento desportivo de projecção internacional.

Com a experiência adquirida nos trabalhos de combate ao SRAS, reforçámos a vigilância e construímos gradualmente um sistema de controlo e prevenção de doenças. Procurámos elevar a qualidade dos serviços médicos oferecidos ao público, através da cooperação com instituições de saúde privada e do exterior. O título de “Cidade Saudável” atribuído recentemente a Macau constitui um grande estímulo para fazermos mais e melhor em prol da saúde da população.

O Governo continua empenhado em promover a elevação da qualidade do ensino e os trabalhos de formação de professores, de modo a que o sistema educativo possa responder com maior eficácia às necessidades de desenvolvimento de cada cidadão e da sociedade em geral. Com vista a responder às necessidades de desenvolvimento do sector dominante, os estabelecimentos de ensino conceberam novos cursos e acções de formação, cujos resultados são satisfatórios. A reforma educativa, que é um importante projecto de longo prazo, entrou também já na fase de auscultação da opinião pública.

De entre as acções governativas na área cultural, destacamos a candidatura dos “Monumentos Históricos de Macau” a Património Mundial. As obras de preservação do património cultural foram bem acolhidas pela população e as actividades para incentivar a leitura foram bem sucedidas. Os grupos de animação cultural da Administração lançaram um conjunto de iniciativas e espectáculos que contribuíram para despertar o interesse da população pelas artes.

Com a colaboração desinteressada dos organismos da sociedade civil, o Governo deu continuidade às suas acções no âmbito da assistência social. Proporcionámos um maior apoio aos três tipos de famílias fragilizadas e intensificámos os trabalhos de auxílio aos jovens e aos idosos.

No decorrer do ano, o Governo continuou empenhado na divulgação do conceito “desporto para todos” e na promoção de competições desportivas, bem como no reforço da formação de atletas locais. Os trabalhos preparatórios dos Jogos da Ásia Oriental estão sendo executados de forma programada e segundo os planos.

O Governo continuará a investir no desenvolvimento científico e tecnológico e o recém criado Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia terá um papel preponderante na realização desta política. As actividades de generalização de conhecimentos científicos levadas a cabo pela Administração com a colaboração das entidades da sociedade civil tiveram uma aceitação entusiástica do público, o que veio a estimular a curiosidade intelectual e a vontade de aprender novos conhecimentos das gerações jovens.

Hoje, os sucessos alcançados pela RAEM não são só fruto dos trabalhos desenvolvidos no decurso deste ano, mas também são resultantes dos esforços desenvolvidos pela sociedade nos últimos cinco anos. Ao compararmos a realidade de hoje com a situação vivida há cinco anos atrás, podemos constatar as profundas transformações que tiveram lugar: a transformação do conceito de serviço público; o melhoramento visível da situação de segurança; as perspectivas optimistas do desenvolvimento económico; o incremento de relações com o exterior e a concretização de novos projectos urbanísticos. Estes resultados foram conseguidos graças aos esforços da população de Macau, ao apoio do Governo Central e às acções desenvolvidas pelo Governo da RAEM. Esses factos vêm atestar uma verdade – sempre que as acções do Governo vão ao encontro dos anseios da população e correspondam às necessidades da sociedade, registámos sempre resultados evidentes na execução das políticas. Esta é a lição mais valiosa e de alcance profundo que retirámos destes cinco anos de governação.

Nestes cinco anos, os princípios “Um País, Dois Sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e com grau de autonomia foram materializados com sucesso inegável nesta terra. A RAEM, enquanto parte inalienável da nossa Pátria, através da aplicação escrupulosa da Lei Básica, pôde manter o seu sistema capitalista e modo de vida. A RAEM soube harmonizar o seu passado histórico com as exigências dos tempos modernos, contribuindo para o enriquecimento da fórmula “Um País, Dois Sistemas”. Sob a égide deste supremo princípio, a cooperação e compreensão mútua entre a RAEM e a China Continental conheceram um patamar superior sem precedentes. A visão e as preocupações das gentes de Macau vieram a evidenciar uma maior identidade com as da nossa Pátria, e o patriotismo e amor por Macau passaram a ser os sentimentos comungados por todos os cidadãos. As nossas comunidades e diferentes sectores sociais tornaram-se mais solidários e unidos. Todos esses factores constituem o garante político da estabilidade social e desenvolvimento estável da nossa RAEM.

Numa perspectiva estratégica, no momento de fazermos o balanço dos trabalhos, a identificação das insuficiências na governação é muito mais importante.

No âmbito da Administração Pública, alguns organismos públicos continuam teimosamente agarrados a uma mentalidade burocrática passadista e os serviços por estes oferecidos contrariam o espírito do princípio “servir melhor o cidadão”. Algumas práticas irregulares e até nocivas do passado reincidiram no seio da Administração Pública.

No tocante à reforma do sistema jurídico, embora as condições favoráveis sejam parcas, existem aspectos que podem ser executados com maior celeridade e de melhor forma. Temos conhecimento de casos pontuais de aplicação deficiente da legislação. A promoção do uso da língua chinesa no Direito e a sua generalização não têm prosseguido a um ritmo desejável.

O rápido crescimento económico, para além de ter feito subir as expectativas das pessoas, veio revelar também as insuficiências dos nossos trabalhos de coordenação. Precisamos, ainda, de envidar mais esforços para melhorar a qualidade dos recursos humanos, das condições do mercado e dos serviços públicos, a fim de fazer Macau sair do estado letárgico que atrofia o seu desenvolvimento económico. As medidas governamentais implementadas com vista a atenuar as dificuldades da população produziram alguns efeitos secundários indesejáveis que não foram suficientemente controlados.

Relativamente às matérias de governação com valor estratégico e de um nível mais profundo, os esforços investidos pelo Governo não foram suficientes. A nossa cultura cívica, num plano geral, continua a não atingir os padrões desejáveis. Os vários ramos de actividade da sociedade apresentam qualidades desniveladas e falta de criatividade, desenvolvendo-se segundo um modelo ultrapassado e pouco diversificado. Estes factos limitam a elevação da sua competitividade e constituem obstáculos à sua capacidade de sobrevivência aos condicionalismos futuros.

As medidas de apoio às camadas desfavorecidas não foram suficientes em termos de amplitude e profundidade. Temos consciência que nos cabe a responsabilidade de, em conjunto com a população, dedicarmos os nossos melhores esforços para construir uma sociedade mais solidária, justa, aberta e plena de oportunidades para o desenvolvimento pessoal.

O balanço sério e aprofundado das acções governativas que acabei de fazer comporta um duplo objectivo: por um lado, queremos aperfeiçoar as nossas acções e, por outro, queremos converter a nossa experiência em sabedoria e estímulo para alcançarmos um maior progresso, com vista a permitir que a nossa população aceda aos benefícios de um serviço melhor. No entanto, quero deixar bem claro o seguinte: algumas medidas e políticas concebidas pelo Governo exigem tempo para que os seus resultados possam ser evidenciados. É nossa obrigação retirar ensinamentos úteis da prática governativa destes cinco anos para a realização dos interesses globais da RAEM e garantia da sua estabilidade a longo prazo. Iremos dar continuidade às medidas e políticas que obtiveram resultados positivos, pois consideramos que elas são efectivamente um património referencial importante para o futuro.

SEGUNDA PARTE – PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2005

Os esforços continuados de toda a população e a emergência de factores favoráveis foram decisivos na condução de Macau para uma fase de desenvolvimento acelerado. Nesta fase crucial de viragem, é essencial que saibamos manter o sangue frio e a lucidez, ponderando e reflectindo com prudência sobre a via a seguir para garantir que o crescimento económico seja acompanhado pelo progresso social. Como se poderá manter o desenvolvimento sustentado da nossa economia e da nossa sociedade? Na verdade, a resposta a esta questão aponta para uma só direcção, que é já hoje consensual: elevar progressivamente a qualidade de vida dos cidadãos de Macau.

O desenvolvimento da economia tem como principal objectivo elevar, gradualmente, a qualidade de vida da população, promovendo o desenvolvimento integrado. A sustentabilidade do desenvolvimento económico exige um ambiente social de solidariedade e harmonia e com capacidade para evoluir com os tempos. Podemos, assim, concluir que, a elevação da qualidade de vida da população é uma forma de concretizar o princípio “servir melhor o cidadão”, é uma manifestação de atenção aos valores humanos da sociedade de Macau e também uma garantia objectiva de estabilidade e progresso social. Por

isso, nos próximos cinco anos, e mesmo para além deste período, o Governo da RAEM irá, em conjunto com todos os cidadãos, envidar mais esforços para elevar a qualidade de vida.

No momento em que novas oportunidades vão surgindo e as perspectivas são optimistas, não devemos deixar cair o nosso sentido de risco. A nossa estrutura económica não diversificada propicia a existência de factores de instabilidade ocultos na sociedade. A prosperidade de alguns sectores e as dificuldades de operacionalidade das pequenas e médias empresas evidenciam o fosso que os separa. A insuficiência de recursos humanos qualificados e a fraca noção do conceito de servir com qualidade impedem um maior desenvolvimento de Macau. O nível de consciência cívica e qualificação cultural não acompanham as rápidas transformações sociais verificadas nestes últimos anos. Todas estas matérias não devem ser descuradas. Por isso, para garantir a manutenção da estabilidade e do desenvolvimento de Macau, e assegurar que a sociedade e a economia cresçam e progridam em conjunto, é necessário investir, a todo o momento, esforços para aperfeiçoar as nossas competências e incrementar a capacidade competitiva da sociedade.

A qualidade de vida não é um conceito completamente novo, uma vez que as nossas acções governativas dos passados cinco anos tinham já sido concebidas para alcançar este objectivo. A única diferença consiste em termos hoje uma noção mais precisa deste conceito e termos, por isso, traçado objectivos mais claros para realizar este desígnio. Considerando que a qualidade geral de vida é um conceito que diz respeito a todos, o processo da sua implementação deve contar com a participação de toda a população, pois, só com o esforço conjunto do Governo e da população se pode transformar o nosso objectivo comum em realidade. Do mesmo modo, a elevação da qualidade geral de vida não é tarefa exclusiva de determinado organismo público, mas sim, uma missão conjunta. Cada um dos organismos do Governo da RAEM, deve, dentro das suas competências, conjugar esforços, no sentido de cumprir de forma pragmática esta missão.

1. Aprofundar os trabalhos da reforma do funcionalismo e aperfeiçoar a prestação de serviços

A partir do próximo ano, iremos promover o aprofundamento da reforma administrativa, assente nos princípios da democracia, transparência e racionalidade, elevando a sua incidência do plano de mera execução de tarefas ao plano de processo decisório e do plano de prestação de serviços ao público ao plano de gestão interna. Estas medidas visam garantir mais êxitos e progressos no âmbito da política de reforma da Administração Pública.

Este Governo, enquanto primeiro órgão investido das competências do Poder Executivo com vasta base de apoio popular, tem a obrigação de impedir o exercício abusivo de poderes legais e promover a democratização do processo político, com vista a evitar que a confiança dos cidadãos seja defraudada, e a credibilidade institucional seja posta em causa. Neste sentido, decidimos reforçar o mecanismo de responsabilização do pessoal dirigente e de chefia e rever os regimes reguladores vigentes. Iremos consagrar medidas adequadas com vista a formar uma equipa governativa capaz e com sentido de responsabilidade na gestão de coisa pública, para melhor realizar o desígnio “servir melhor o cidadão”.

Iremos imprimir maior realismo na execução das políticas, suprimindo as formalidades supérfluas e combatendo as atitudes de protagonismo excessivo e práticas megalómanas. A participação do pessoal dirigente e de chefia nas actividades sociais deve ser aferida em função da sua utilidade para o desenvolvimento de trabalhos e a resolução concreta de problemas. Os subsídios atribuídos às diversas causas sociais devem ser concedidos tendo em conta a sua eficácia real e a racionalização de recursos, evitando abordagens igualitárias, formalistas e sobreposição de investimentos. Iremos reforçar a base científica do processo decisório por forma a garantir que as medidas equacionadas atinjam os fins previstos, reduzindo a incidência de medidas concebidas na arbitrariedade. Iremos convidar especialistas e académicos para reforçar a base científica das nossas opções políticas, melhorando as nossas capacidades de execução política e de previsão de contingências. Só desta maneira podemos evitar desvios no processo de governação.

Em política, a opinião pública é o fundamento da democracia e o suporte científico das decisões estratégicas. Iremos alargar a nossa base de auscultação, criando circuitos de níveis diferentes para ouvir a voz da população, no sentido de ter um conhecimento real dos seus anseios. O Governo irá dedicar maior atenção e tentar compreender de forma mais aprofundada as opiniões públicas recolhidas e interpretadas pelas instituições da sociedade civil, pois estas têm um papel insubstituível nesta vertente. Devemos adoptar uma atitude mais aberta perante os órgãos de comunicação, reconhecendo que eles desempenham uma função relevante na fiscalização das acções governativas, através das suas reportagens e comentários. O pessoal dirigente e de chefia deve tomar a iniciativa de estabelecer ligações com a população, procurando conhecer em primeira mão as suas preocupações, no sentido de resolver correcta e atempadamente os seus problemas. As imperfeições de algumas políticas e medidas não devem ser descuradas apenas porque a população mostra uma atitude tolerante, nem a inexistência de queixas pode ser interpretada como estando tudo a correr bem. Mais, todos os casos que mereceram a chamada de atenção da opinião pública podem eventualmente ter origem em problemas graves das nossas acções, pelo que devemos atribuir-lhes grande importância e acompanhar a sua resolução.

Iremos criar mecanismos eficientes destinados a otimizar cabalmente a cooperação interdepartamental, tanto no plano de execução das políticas, como na sua concepção, evitando a incompatibilização e a colisão de medidas e políticas sectoriais. Iremos promover a reestruturação funcional de alguns serviços públicos segundo critérios científicos, a fim de garantir que esses serviços tenham capacidade para responder às exigências resultantes das linhas traçadas pelo novo Governo. Iremos potenciar os modelos avançados de serviços, eliminando procedimentos e práticas desnecessários e os obstáculos à optimização da sua estrutura, assegurando que mais serviços integrem a rede de cooperação interdepartamental, com vista a uma melhor prestação de serviços ao público, nos diversos âmbitos. A par disso, iremos aperfeiçoar o mecanismo de articulação inter-serviços para situações de emergência, por forma a assegurar uma reacção pronta, integrada e eficaz aos incidentes sociais de gravidade.

Os funcionários públicos de Macau formam um corpo relativamente jovem, dotada de uma mentalidade aberta e fortes potencialidades e o seu desempenho tem registado um melhoramento contínuo. No âmbito da avaliação de desempenho, o juízo pessoal deve ter por base os valores de democracia e racionalidade. Só assim é que este novo regime poderá cumprir o seu desígnio de premiar os competentes e chamar atenção dos menos competentes, evitando que a notação seja desvirtuada por factores subjectivos. No âmbito da formação, é necessário proceder à qualificação do pessoal docente e dos modelos pedagógicos. Para além de transmitir conhecimentos e saberes, é ainda preciso inculcar valores deontológicos aos formandos, com vista ao desenvolvimento integrado dos funcionários públicos. Ao pessoal que teve um desempenho excepcional, devemos proporcionar-lhe oportunidades de aperfeiçoamento com acções de formação específicas.

No próximo ano, iremos adoptar uma política com dois vectores estratégicos: por um lado, iremos reforçar os nossos recursos técnicos e, por outro, iremos dar prioridade aos projectos de valor estratégico, com vista a conquistar resultados no âmbito da reforma do sistema jurídico. Em primeiro lugar, iremos convidar especialistas de renome na área de Ciências Jurídicas, locais e do exterior, da Administração e da sociedade civil, para participar nos trabalhos de revisão de leis, de modo a elevar a eficiência na definição de soluções consensuais no plano jurídico. Em segundo lugar, iremos dar prioridade aos projectos de maior importância exigidos pelo desenvolvimento social, alterando o modelo de abordagem generalista, de modo a que a revisão de alguns diplomas seja colocada na primeira linha. Iremos tomar medidas para alargar o uso de língua chinesa no domínio do Direito, assegurando sempre a qualidade da linguagem jurídica, para a realização gradual dos objectivos políticos.

A partir do próximo ano, os serviços no domínio dos assuntos cívicos irão ter como tônica a elevação global da qualidade de vida da população. A concretização deste objectivo estratégico passa pela conjugação do desenvolvimento de serviços da área dos assuntos cívicos com o desenvolvimento da Democracia, dos serviços proporcionados pela Administração com projectos de cooperação com a sociedade civil, do melhoramento das condições materiais com a oferta de iniciativas culturais de

qualidade, dos programas de longo prazo com programas de efeitos mais imediatos e da assistência pública com o incentivo do espírito empreendedor dos cidadãos.

Iremos dar prioridade à resolução eficaz dos problemas que ao longo do tempo têm vindo a afectar directamente a vida da população. Em relação aos serviços que registaram uma melhoria, iremos envidar mais esforços para que a elevação da sua qualidade se reflecta também nos pormenores, no sentido de assegurar uma prestação de serviço mais personalizada que tenha em conta a diversidade dos seus destinatários. Devemos igualmente manter uma postura de flexibilidade nas metodologias de trabalho para garantir que a melhoria na prestação de alguns serviços não venha a resultar em prejuízos na qualidade de outros.

A optimização da qualidade dos espaços públicos constitui uma tarefa importante do Governo. A definição das políticas de urbanismo e construção de infraestruturas deve assentar numa visão integrada, de rigor e com preocupação estratégica. Estas políticas devem valorizar com igual relevância a requalificação das zonas antigas e a edificação de zonas novas, a estética urbana e a preservação do património histórico-cultural, as preocupações ecológicas e os interesses humanos, a delimitação de bairros comunitários segundo critérios racionais, a construção de mais equipamentos de desporto e lazer e a fluidez das vias de comunicação e a segurança rodoviária. Ao mesmo tempo, estas políticas devem garantir a segurança pública e a capacidade das equipas de socorro de realizar a sua missão, o salvamento de pessoas com deficiências físicas, a contenção da poluição e boas condições sanitárias da nossa cidade. O valor da protecção ambiental nunca pode ser aferido em função de custos, pelo que este tema está na primeira linha da acção governativa.

A solidariedade social é um direito que assiste a todas as pessoas a viver em condições de precaridade. O Governo irá dar continuidade às políticas destinadas a minorar as dificuldades de vida dos nossos cidadãos, aumentando os valores das pensões sociais e criando mais uma modalidade de pensão para idosos. O Governo irá desenvolver uma colaboração estreita com as entidades da sociedade civil para alargar os serviços de aconselhamento psicológico, de modo a que os menos favorecidos possam recuperar a confiança através da sua participação em actividades, acções de formação e competições.

Num contexto de progresso económico, as pressões da vida sentidas pelas pessoas manifestam-se de formas e intensidade diferentes. As crises no plano individual e familiar foram um alerta para que não nos contentemos em apenas remediar o mal feito. Pelo contrário, o Governo, em permanente articulação com as entidades da sociedade civil, irá estudar soluções para reforçar a componente preventiva das acções. A par de estimular o dinamismo e o espírito empreendedor dos cidadãos, iremos promover a difusão dos valores de sobriedade e temperança e reforçar a capacidade das pessoas para fazer face às derrotas. Assim, esperamos que os efeitos do crescimento económico e progresso social não sejam geradores de inquietação e tensão, mas sim de um ambiente mais tranquilo e feliz.

Os trabalhos de combate à corrupção e de auditoria vão entrar em breve numa nova fase. Todos os organismos públicos têm a obrigação de aperfeiçoar os seus próprios mecanismos de combate à corrupção e fiscalização de contas, por forma a elevar as qualificações deontológicas e científicas no âmbito do seu funcionamento. Não podemos baixar o nosso sentido de alerta em relação ao fenómeno de corrupção só porque não foram detectados mais casos de corrupção. O Governo tomará medidas para aumentar a transparência e a justeza dos procedimentos administrativos, eliminando circuitos que propiciem práticas corruptas. Não iremos afrouxar de forma alguma a investigação daqueles sobre quem recaem fortes suspeitas de corrupção. É nossa intenção promover campanhas que publicitem as consequências graves de actos de corrupção e, ao mesmo tempo, generalizem os valores positivos de integridade.

Com o desenvolvimento da sociedade e o aperfeiçoamento constante dos serviços públicos, é responsabilidade da entidade com competências na auditoria da Administração fiscalizar as despesas ilegais e não apropriadas e assegurar que as despesas necessárias sejam processadas dentro da legalidade. Cabe a esta entidade exercer os seus poderes de fiscalização disciplinar, assegurando a qualidade e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelos serviços públicos. É também sua obrigação promover práticas administrativas padronizadas, mas também manter a flexibilidade nas metodologias, de modo a responder com eficácia situações distintas. Por essas razões, iremos aperfeiçoar as funções e a eficácia do sistema de auditoria.

2. Consolidar as bases da economia e assegurar o desenvolvimento sustentado

O crescimento da economia de Macau proporcionou as condições financeiras para uma distribuição mais justa dos recursos sociais, uma melhoria de vida da população e um desenvolvimento sustentado da sociedade. Assim, o Governo empenhar-se-á, no próximo ano, em promover políticas para alcançar um crescimento adequado da economia e introduzir o conceito de qualidade no processo de desenvolvimento económico.

A estratégia de desenvolvimento económico do Governo assenta no aproveitamento inteligente das oportunidades e no fortalecimento da indústria dominante, para que esta assuma o papel de catalizador de crescimento do sector de serviços e outros ramos. O Governo tomará medidas para garantir que as concessionárias de jogo cumpram as suas obrigações contratuais, concretizando os projectos dentro dos prazos e com elevada qualidade. Devem também contribuir para introduzir na RAEM modelos de gestão mais avançados, de modo a aumentar o poder concorrencial da nossa indústria de jogo. Iremos aprender com sistemas de gestão de jogos de reconhecido mérito, de modo a aperfeiçoar a legislação, reforçar a fiscalização deste sector e regular melhor o mercado. Iremos investir mais recursos para a prevenção do crescimento de jogadores compulsivos, a bem do desenvolvimento saudável do sector.

Face ao aumento constante do número de turistas, não nos devemos contentar apenas com os índices atingidos. Pelo contrário, devemos tomar iniciativas com visão estratégica e pragmática para dar resposta aos desafios e potenciar as nossas vantagens. O Governo irá criar mais incentivos ao sector para continuar a promover o turismo cultural, caracterizado pelo aproveitamento da singularidade das vivências culturais oriental e ocidental e tirar partido da atracção que os eventos desportivos de grande projecção despertam. Também irá impulsionar a construção de novos pontos de atracção turística e incentivar o desenvolvimento do turismo de convenções e de exposições e o turismo de negócios. A par da cooperação turística de âmbito regional, o Governo, tendo em atenção as necessidades concretas e os condicionalismos de Macau, irá explorar formas para penetrar nos mercados com maiores potencialidades, nomeadamente a Europa e os Estados Unidos. A

qualidade é o elemento essencial para o desenvolvimento do sector estratégico da economia local que é o turismo. Só com ênfase neste elemento na definição das políticas é que podemos preservar os resultados positivos do nosso desenvolvimento económico e consolidar as bases de um modelo de desenvolvimento sustentado. Para atingir este objectivo, o Governo irá promover uma campanha de sensibilização para difundir os valores de honestidade e qualidade. Iremos reestruturar os serviços competentes e aperfeiçoar a legislação, com vista a uma maior protecção dos interesses dos consumidores, à salvaguarda da qualidade de vida da população e ao fomento do sector de turismo e serviços. Também iremos fazer o melhor para que Macau seja, no contexto desta Região, um pólo dinamizador de actividades diversificadas de lazer e entretenimento.

A elevação da competitividade das pequenas e médias empresas é indispensável para a sua sobrevivência e desenvolvimento. Para isso, o Governo irá continuar a desencadear medidas necessárias para apoiar essas empresas, com vista a minorar as dificuldades de financiamento e responder às suas necessidades de inovação tecnológica, gestão e reestruturação orgânica, a par da formação dos seus quadros. Neste contexto, o reforço das funções de apoio do “Centro de Apoio às Actividades Empresariais” assume um papel de grande relevância no âmbito da política governamental de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Para além destas medidas, o Governo irá continuar a incentivar as pequenas e médias empresas locais a desenvolver projectos de cooperação e a reforçar as suas capacidades para enfrentar contingências.

A optimização da estrutura industrial é essencial para o desenvolvimento integrado de Macau, pelo que, o Governo irá continuar a impulsionar a diversificação adequada deste sector. Tirando partido das vantagens proporcionadas pelos mecanismos no âmbito do Acordo CEPA e a concretização do projecto do Parque Industrial Transfronteiriço, o Governo irá incentivar a reconversão das indústrias tradicionais e a introdução de novas indústrias com potencialidades para criar mais valias. O Governo irá continuar a conceder incentivos às novas indústrias com potencialidades de crescimento, com vista a criar referências de êxito e agentes catalizadores de prosperidade, proporcionando postos de trabalho em ramos de actividade mais diversificados.

É intenção do Governo dar prioridade à resolução efectiva dos problemas de trânsito, com vista a responder às exigências do desenvolvimento económico e da elevação da qualidade de vida da população. O Governo irá acelerar o estudo do projecto do sistema de transportes colectivos em carris, divulgando, em breve, os resultados deste estudo com a necessária fundamentação técnica, de modo a cumprir o princípio “servir melhor o cidadão”. Para fazer face à entrada em funcionamento da terceira ponte Macau-Taipa, o Governo irá acelerar as obras da rede rodoviária complementar para garantir que sejam concluídas em tempo oportuno, com vista a melhorar o trânsito da cidade. O Governo irá tomar medidas inovadoras para resolver os problemas de trânsito de maior gravidade, designadamente, a aceleração dos trabalhos de revisão da legislação rodoviária, o reforço das acções de sensibilização para os problemas de segurança nas estradas, o aperfeiçoamento da rede viária em todas as zonas da cidade e o aumento de espaços de estacionamento. Também iremos otimizar as carreiras de transportes públicos e lançar medidas adequadas tendentes a controlar a circulação de veículos e reforçar o cumprimento das normas reguladoras de trânsito.

O ordenamento e reconstrução das zonas antigas passaram a integrar a agenda da acção governativa. O Governo irá criar uma estrutura de coordenação inter-departamental com vista a auscultar todas as opiniões úteis para a concretização deste objectivo, pelo que contamos com o apoio de toda a população. Iremos analisar e apreender as experiências de sucesso de outros países e territórios, interpretando essas informações com base em critérios científicos de modo a definir medidas e políticas que contribuam para a elevação da qualidade de vida e a conjugação do interesse particular com o interesse público. A definição dessas políticas e medidas será assente em preocupações de racionalidade e justeza do binómio “custo/benefício”. Na execução dessas medidas e políticas, o Governo irá integrar quatro vectores de intervenção fundamentais: reconstrução e desenvolvimento, restauração de edificações, renovação de bairros comunitários e protecção do património cultural, por forma a criar condições para que a nossa cidade se apresente com uma nova fisionomia, valorizar o nosso legado cultural, melhorar as condições de habitabilidade e reanimar o comércio. Para a realização destes objectivos, iremos aperfeiçoar as leis e também estamos a ponderar a criação de uma entidade executora de políticas nesta área com a natureza de pessoa colectiva

de Direito privado. Recentemente, o mercado imobiliário tem-se mostrado bastante dinâmico. Nós estamos plenamente de acordo com a posição do sector quanto à necessidade de garantir um desenvolvimento estável. Em resposta às necessidades de habitação da população, o Governo irá acelerar os trabalhos tendentes a aperfeiçoar a política de habitação social.

A par das medidas de promoção do crescimento económico, o Governo irá continuar a lançar acções tendentes a melhorar a situação de emprego da população e a otimizar os recursos humanos locais. A construção e a entrada em funcionamento do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau irão proporcionar mais oportunidades de emprego aos trabalhadores locais. As pequenas e médias empresas recipientes do auxílio do Governo, irão proporcionar também oportunidades de emprego aos trabalhadores locais. Considerando a situação de desemprego estrutural e insuficiência de recursos humanos que vivemos, o Governo, com o apoio do Conselho de Desenvolvimento de Recursos Humanos, irá acelerar os trabalhos no âmbito do aperfeiçoamento de legislação e políticas para responder às necessidades da RAEM. Essa legislação e políticas abrangem acções de formação com objectivos claros, sentido realista e valor estratégico e destinam-se a elevar as qualificações da população activa e dos desempregados. No pressuposto de salvaguarda de postos de trabalho suficientes para a população de Macau e dos interesses dos trabalhadores em geral, o Governo irá, com ponderação e em tempo oportuno, introduzir o regime de trabalho a tempo parcial e importar trabalhadores não-residentes especializados e qualificados de que Macau efectivamente carece.

3. Reforçar a cooperação com o exterior e potenciar o papel de plataforma

Tendo em atenção as vantagens comparativas e os condicionalismos da RAEM, o Governo tem-se empenhado com pragmatismo na cooperação regional. Dos ensinamentos que retiramos da nossa acção governativa ao longo destes cinco anos, chegámos à conclusão que a cooperação com o exterior é a via incontornável para o desenvolvimento da RAEM. A política de “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos” é uma estratégia virada para o futuro e um objectivo

realista para a acção governativa. No contexto da cooperação regional, não iremos procurar, de forma precipitada, alcançar resultados imediatos, mas pelo contrário, iremos definir metas exequíveis em cada fase do processo.

O Acordo CEPA, implementado há um ano, tem estado a produzir efeitos positivos na RAEM. Na segunda fase, o Acordo irá abranger um maior leque de artigos nunca antes produzidos em Macau, mas com potencialidades de desenvolvimento, facto que contribuirá para consolidar e dinamizar o papel de plataforma de serviços comerciais de Macau. As empresas locais, além de desenvolverem os seus projectos de investimento, devem tirar partido das vantagens que possuem, para estabelecer relações de parceria com as pequenas e médias empresas do exterior, com vista a penetrar no vasto mercado que é a China Continental. A par disso, o Governo irá conceder maior apoio à implementação do regime de certificação que foi criado no âmbito do Acordo CEPA, por este contribuir para elevar a qualidade das empresas e dos trabalhadores e aproximar os padrões e especificações de Macau com os de outros países e da China Continental. Em relação às vantagens proporcionadas pelo Acordo CEPA, não devemos esquecer que estas têm uma vigência limitada, pelo que não devemos deixar escapar nenhuma oportunidade para tirar partido efectivo dos benefícios.

O projecto de integração do Grande Delta do Rio das Pérolas passou da fase de intenções para a fase de execução. Os serviços públicos, no exercício das suas competências neste âmbito, irão promover acções assentes numa postura pragmática e empenhada. Os seus trabalhos terão por objectivo realizar projectos com efeitos mais imediatos e projectos de cooperação de longo prazo. Cabe aos serviços públicos a responsabilidade de acumular experiências e assumir uma atitude aberta a novas ideias ao longo deste processo, com vista a produzir acções com efeitos concretos e de qualidade.

No âmbito dos projectos de cooperação com o exterior, a nossa política assenta em dois vectores: por um lado, iremos atrair a vinda de investidores estrangeiros e, por outro lado, iremos incentivar os nossos empresários a investir no exterior, potenciando, assim, o papel de Macau enquanto plataforma de serviços comerciais. Analisando os resultados das últimas edições da Feira Internacional de Macau, chegámos à conclusão que os projectos de

investimento com sucesso são resultantes da identificação correcta de potenciais clientes, da elevação do profissionalismo das actividades e da oferta de serviços de mediação de qualidade, pelo que iremos dedicar mais esforços nestas áreas.

A nossa experiência de cooperação com a Província de Guangdong pôs em evidência o papel singular de mediação de serviços comerciais que Macau tem vindo a desempenhar. O Governo irá promover a complementaridade de mais valias no âmbito dos projectos de integração do Grande Delta do Rio das Pérolas e de cooperação entre as pequenas e médias empresas locais e as dos países e regiões lusófonos, potenciando as acções de exploração de mercados externos e garantindo a distribuição justa dos resultados.

Para reforçar o papel de plataforma de serviços comerciais que Macau está a desempenhar, o Governo irá valorizar o factor “mercado”. O Governo irá apoiar e incentivar o estabelecimento e desenvolvimento de entidades de mediação comercial, acelerando a formação de quadros qualificados com conhecimentos profundos do mercado chinês e do mercado internacional e com boas competências linguísticas. Devemos também tirar amplo proveito dos laços de identidade das diversas comunidades com as suas terras de origem, dos chineses ultramarinos e portugueses residentes em Macau, a fim de congregar os seus esforços para construir uma plataforma de serviços comerciais de projecção regional.

Para fazer face às exigências de aprofundamento da cooperação regional a todos os níveis, o Governo irá dar continuidade às obras de construção de infraestruturas transfronteiriças. Iremos conceder maior apoio ao projecto da Ponte “Hong Kong-Zhuhai-Macau”. Pretendemos também desenvolver, em tempo oportuno, projectos complementares, para responder às necessidades dos projectos da auto-estrada Pequim-Zhuhai e da rede inter-urbana de acesso rápido do Delta do Rio das Pérolas. A par disso, o Governo irá promover, progressivamente, a cobertura electrónica do serviço alfandegário nas fronteiras e impulsionar a optimização dos serviços de telecomunicações, com vista a proporcionar um serviço de melhor qualidade e favorável à circulação de bens.

A par de acelerar a integração económica com os países e territórios desta Região, é também necessário promover a noção de complementaridade noutros domínios. Os riscos de criminalidade transfronteiriça e de epidemias chamaram a atenção para a importância dos trabalhos de aperfeiçoamento contínuo das condições de vida e da necessidade de partilharmos uma consciência de solidariedade entre as regiões. Assim, iremos empenhar-nos em projectos de cooperação regional no âmbito da cultura, ciência e tecnologia, segurança pública, protecção ambiental e outras áreas.

4. Iniciar a reforma educativa e promover a cultura humanista

A História de Macau veio a demonstrar que tudo o que tem acontecido e sido vivido nesta terra, em última análise, tem a ver com as qualidades cívicas da sua população. Na construção de uma cultura humanista, a educação tem um papel incontornável. A partir do próximo ano, o Governo irá empenhar-se na reforma do sistema educativo de Macau, com vista a construir nos próximos cinco anos as bases de uma estrutura de ensino sólida.

No pleno respeito do princípio de autonomia pedagógica, iremos reforçar a regulação das instituições de ensino, realizando a complementaridade e articulação dos conceitos “autonomia” e “regulação”. A regulação do sector educativo com base em critérios científicos irá contribuir para a definição de padrões objectivos de valoração pedagógica, estimulando o aperfeiçoamento das instituições de ensino. Terá também o efeito de potenciar a autonomia pedagógica enquanto força motriz do desígnio de elevação qualitativa do ensino. Esta autonomia irá permitir que os estudantes e os pais disponham de maior amplitude na escolha de opções educativas credíveis que melhor sirvam os seus interesses.

O cerne da reforma educativa é em primeiro lugar os interesses dos estudantes. Assim, no plano de recrutamento de professores, instalações escolares, programa curricular e modelo pedagógico, devemos sempre considerar o interesse de uma formação moral e intelectual integrada dos estudantes, proporcionando-lhes condições para elevar as suas aptidões físicas, formar um espírito de solidariedade e capacidade para a valoração estética. Não preconizamos políticas que visem o aumento arbitrário da carga de trabalhos dos estudantes. Iremos trabalhar para o desenvolvimento de uma cultura na qual os professores assumem um papel de guardiões dos seus alunos e os

alunos observam o respeito devido aos seus professores. Iremos oferecer oportunidades de formação especial àqueles que revelarem capacidades excepcionais. Somos a favor de uma maior participação de estudantes, professores e pais nos assuntos de educação, com vista a uma maior democracia e abertura do sector educativo.

É sabido que “um bom mestre faz um bom discípulo”, pelo que, elevar a qualificação dos professores é uma prioridade da reforma educativa. Iremos intensificar as acções de formação em serviço dos professores e iremos também alargar as nossas bases de recrutamento, convidando docentes de mérito locais e do exterior para integrar as fileiras da nossa equipa pedagógica. É nossa intenção criar um corpo docente com uma formação sólida. Iremos também reduzir as pressões que recaem sobre os ombros dos nossos professores primários e secundários, criando espaços para eles desenvolverem as suas aptidões. Nos estabelecimentos de ensino superior, iremos incentivar a formação de uma cultura académica assente na excelência e qualidade dos professores, para garantir que os alunos sejam receptores dos seus elevados saberes.

O nível cultural médio da população é reflexo da qualidade do nosso ensino básico. Devemos dar maior impulso à reforma do ensino básico, assegurando que os finalistas do ensino secundário saiam apetrechados com conhecimentos necessários para integrar o mercado de trabalho ou o acesso ao ensino superior. O domínio insuficiente de línguas estrangeiras é o elo fraco da nossa estratégia de progresso social, pelo que devemos criar condições para os alunos dominarem melhor as diversas línguas. Só assim é que poderão ter acesso aos saberes de outros domínios científicos. No domínio do ensino superior, iremos elevar, gradualmente, os padrões de exigência para o acesso e avaliação final no âmbito dos cursos, a fim de assegurar a formação de quadros de excelência. Para além de reforçar as componentes de ciências básicas e ciências aplicadas no plano curricular, iremos também aumentar o peso das ciências humanas e sociais, criando ou potenciando as disciplinas de filosofia, literatura, artes, história, ciência política, economia e sociologia. Iremos desenvolver acções tendentes a promover uma educação destinada a formar polivalências, permitindo que os alunos, para além de se especializarem nos ramos que escolheram, tenham condições para aceder a outros saberes e desenvolver os seus valores humanos.

A investigação científica é uma actividade que exige elevada maturidade mental e curiosidade intelectual. Os estabelecimentos de ensino superior devem incentivar o pioneirismo de académicos com visão para liderar projectos científicos, com vista a elevar a qualidade académica das instituições. Devemos também proporcionar o desenvolvimento de projectos de investigação subordinados à temática local com vista a apreender, analisar e estudar de forma sistemática e profunda realidades da nossa terra, procurando introduzir o mais cedo possível esta temática nos planos curriculares do ensino básico e superior. Os estabelecimentos de ensino superior devem também investir mais nos estudos e investigação de matérias com valor estratégico e prementes para o desenvolvimento de Macau, complementando as acções promovidas pelas entidades vocacionadas para a investigação científica da sociedade civil. Só assim é que se pode produzir trabalhos científicos de qualidade e devidamente fundamentados, susceptíveis de servir de referência ao Governo na definição das políticas.

Para fazer face às exigências de desenvolvimento de uma sociedade baseada em saberes, temos que promover um clima de aprendizagem permanente junto da universalidade dos cidadãos, fazendo com que a vontade de aprender seja uma constante da sua vivência quotidiana. Devemos elevar a qualidade das diversas actividades de aprendizagem, incluindo os cursos de reciclagem, colóquios e seminários temáticos. Essas actividades irão, com certeza, contribuir para uma transmissão e intercâmbio útil de conhecimentos e ideias. Só assim é que poderemos colocar o conhecimento num patamar de autoridade a que ninguém pode pôr em causa. Iremos convidar intelectuais de renome e empresários de sucesso do exterior para virem a Macau divulgar as suas experiências e saberes. Iremos promover a construção de mais bibliotecas e salas de leitura públicas e privadas e incentivar essas instituições a enriquecer e a diversificar o seu património bibliográfico e a desenvolver mais acções de publicação de livros e organização de exposições. Iremos também difundir hábitos de leitura nas escolas e nos bairros comunitários para que os nossos cidadãos sintam gosto em ter sempre um livro na mão.

Os nossos jovens são os primeiros construtores do desenvolvimento integrado da sociedade de Macau que todos ambicionamos. Tal como consideramos os professores agentes fundamentais no processo de

desenvolvimento do ensino, razão pela qual adoptámos uma série de medidas tendo estes como destinatários, também iremos promover acções de auto-valorização junto dos adultos para que estejam preparados para incutir nos jovens valores correctos, designadamente, as virtudes morais tradicionais, o espírito democrático e o gosto pela Ciência. Devemos também trabalhar para promover uma consciência ética junto dos cidadãos assente em valores de honestidade e independência. Armados com esses valores, os nossos jovens terão todas as condições para resistir às tentações de práticas nocivas, evitando pagar o preço por falhas de carácter.

É nossa obrigação difundir os valores do patriotismo e amor por Macau junto dos jovens, promovendo mais acções de divulgação do princípio “Um País, Dois Sistemas” e da Lei Básica. Iremos reforçar o ensino da História e Cultura chinesas para que os jovens se identifiquem, cada vez mais, com o Povo Chinês. Queremos que eles saibam estar sempre do lado da Nação de que fazem parte, mas que também saibam preocupar-se com a felicidade de outros povos do Mundo. Queremos que eles, vivendo em Macau, saibam abraçar a sua Pátria e colocar a sua vista em horizontes mais vastos deste Mundo. Na organização de actividades juvenis, iremos conjugar a componente pedagógica com aspectos lúdicos, por forma a incutir na juventude os valores de civismo e democracia. Queremos também que eles aprendam a pensar por si próprios e a agir com independência, mas que também saibam trabalhar em cooperação com os outros. Os futuros dirigentes e pioneiros nos vários domínios serão provenientes dessa juventude, pelo que temos a obrigação de dar mais espaço e criar oportunidades para jovens de talento testar as suas capacidades de liderança no seio dos grupos que integram. Eles serão os pilares do progresso de Macau.

No domínio da política cultural, iremos colaborar com agentes culturais de diversas áreas para, com base nos resultados de estudos efectuados, definirmos em conjunto uma estratégia correcta de desenvolvimento cultural. Sabemos que a cultura tem um valor real não substituível por outros fenómenos. Muitas vezes esse valor é visível e evidente, mas outras vezes está oculto. A cultura também é um processo específico com uma lógica interna própria e um conteúdo intelectual singular. Por isso, devemos dar mais espaço e liberdade para ela se desenvolver sem restrições nem interferências. Queremos uma

cultura multifacetada e diversificada, evitando desenvolvimentos unívocos ou superficiais. Devemos elevar os índices culturais com base em critérios académicos e estéticos. Somos favoráveis a que na sociedade civil surjam mais iniciativas culturais de qualidade e com criatividade. As características tradicionais da nossa malha urbana encerram memórias colectivas de um passado longínquo. Na qualificação das zonas antigas, iremos procurar a concretização de projectos fundamentados em estudos científicos, por forma a restaurar a verdadeira fisionomia de um Macau singular e insubstituível, preservando a sua atracção na perenidade. Iremos tomar medidas para proteger com eficácia o nosso valioso património histórico e também valorizar o nosso património humano, criando condições para que integre o legado cultural desta terra.

No próximo ano, a 4ª edição dos Jogos da Ásia Oriental terá lugar em Macau. Trabalhámos muito para preparar a realização deste evento de grandes dimensões. A realização, pela primeira vez, dos Jogos da Ásia Oriental em Macau irá pôr à prova, não só a nossa capacidade de organização, mas também a nossa capacidade de sermos reconhecidos pela comunidade internacional. É nossa obrigação sabermos ser solidários, hospitaleiros e abertos para melhor aproveitar esta oportunidade única, de modo a testar as reais capacidades de governação da RAEM. É por este momento que se pode avaliar a colaboração entre o Governo e a sociedade civil. Devemos aproveitar esta oportunidade para generalizar a noção da importância inegável da prática desportiva para a saúde e desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas vertentes. Iremos encorajar mais cidadãos a deixar o lugar de mero espectador, tomando lugar de praticante. Iremos elaborar com flexibilidade projectos de ordenamento urbanístico, a fim de garantir que a população possa usufruir de mais e melhores espaços e instalações para a prática desportiva. Entendemos que a educação física deve continuar a ser uma componente fundamental de qualquer plano curricular. Para além dos cursos de educação física, iremos também incentivar o estabelecimento de instituições especializadas em instrução e treino desportivos, abrindo espaço para que mais jovens possam desenvolver as suas capacidades físicas fora do período de estudos. Começando pelas escolas, iremos generalizar a prática desportiva profissional e amadora com vista a criar uma sociedade que se identifique com o princípio “desporto para todos”.

O homem é o verdadeiro mestre e obreiro de uma cultura assente em valores humanos e os intelectuais são os elementos-chave desta edificação. Eles constituem a vanguarda das nossas elites. Temos a responsabilidade de investir o nosso melhor para a formação de uma comunidade de pedagogos, académicos, profissionais, escritores, artistas e agentes culturais dotados de superiores valores éticos e capacidades excepcionais. O Governo, em conjunto com a população, irá trabalhar para a formação de um ambiente social em que os intelectuais e os eruditos sejam respeitados e tenham condições para colocar os seus talentos ao serviço da sociedade. Só assim é que podemos dizer que os alicerces de construção de uma cultura humanista estão firmemente implantados nesta terra. Só assim é que podemos garantir a elevação das qualidades cívicas da nossa população, e só assim é que o desenvolvimento integrado de uma sociedade de excelência está assegurado.

TERCEIRA PARTE – PROMOVER A SOLIDARIEDADE E O PROGRESSO E CONSTRUIR UMA SOCIEDADE DE EXCELÊNCIA

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Hoje, a RAEM está pronta para entrar numa nova fase da sua história. O objectivo estratégico que definimos para esta nova era é a elevação global da qualidade de vida da população. Esta é uma meta fundamentada e está ao nosso alcance. A liberalização do mercado, em articulação com uma maior concorrência a todos os níveis, proporcionou oportunidades, mas também lançou desafios nunca antes vistos aos nossos cidadãos. Acredito que eles serão capazes de progredir no meio das adversidades, munindo-se de mais saberes e auto qualificando-se para melhor cumprir os seus destinos. Com o crescimento económico e o aumento de rendimentos, os cidadãos passaram a dispor de um leque mais variado de opções de produtos e serviços de melhor qualidade no mercado, tanto no plano cultural como no plano material. Face às boas perspectivas das receitas públicas, o Governo, no respeito pelo princípio de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, está apto para promover políticas destinadas a melhorar as condições nas várias vertentes da vida pública. Para responder às exigências do desenvolvimento sustentado de

Macau, o Governo irá tirar partido de uma situação financeira mais folgada para investir em projectos estratégicos de nível superior. O sistema de Administração Pública, objecto de contínuas acções de reforma nestes cinco anos, está apto a responder às exigências no âmbito das políticas de acção governativa fundamentais e estratégicas. Devemos ter consciência que só uma sociedade de excelência estará apetrechada para fazer frente às grandes contingências e desafios. Por isso, para todos nós, construir uma sociedade de excelência não representa apenas um objectivo a atingir no futuro, mas constitui também a melhor garantia de estabilidade e segurança a longo prazo.

É de salientar que os princípios “Um País, Dois Sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e com alto grau de autonomia constituem pressupostos incontornáveis para a meta de construção de uma sociedade de excelência. O princípio “Um País, Dois Sistemas” é o caminho que a Pátria e a RAEM escolheram para prosseguir em conjunto. Devemos ter a consciência que sem o carinho e o apoio da Pátria, a construção de uma sociedade de excelência em Macau não passa de uma utopia. Por isso, o patriotismo e o amor por Macau, comportando uma vertente emocional e uma vertente racional, é um valor perene que devemos ter sempre presente. Temos a obrigação de nos identificarmos de alma e coração com os ideais de patriotismo e de amor por Macau, cumprindo, respeitando e aplicando com rigor a Lei Básica, com vista a assegurar que a vitalidade do princípio “Um País, Dois Sistemas” se torne no melhor testemunho da concretização de uma sociedade de excelência em Macau.

A construção de uma sociedade de excelência exige uma elevação das nossas capacidades governativas. Para isso, o Governo, no respeito pelos princípios e enquadramento da Lei Básica e em resposta às necessidades de desenvolvimento social, irá promover, com passos seguros, o desenvolvimento da democracia. Iremos dar um maior impulso ao processo de democratização do funcionamento do Governo, assim como aprofundar a democratização nas várias realidades sociais, criando condições para que a voz da população seja ouvida e incentivar uma maior participação do público nos afazeres que lhe dizem respeito, colocando, assim, no plano prático o conceito político “Macau governado pelas suas gentes”. Só assim é que conseguiremos aprofundar e desenvolver as bases das nossas instituições democráticas.

Criar uma sociedade de excelência exige uma consolidação das bases para um desenvolvimento integrado. Só com as bases consolidadas é que poderemos resolver a contradição entre as oportunidades sem limites que nos vão surgindo e a limitação das nossas capacidades, as contradições entre metas ambiciosas e meios reduzidos e as contradições entre as vantagens conjunturais e os elementos deficitários. Só assim é que teremos capacidade para converter o passivo em mais-valias e transformar as pressões que sentimos em estímulos para fazer melhor. Só com o desenvolvimento integrado é que podemos garantir a formação de sinergias resultantes das vantagens e evitar que a acumulação de factores nocivos venha a constituir obstáculos ao progresso e até elementos causadores de retrocessos. Só com o desenvolvimento integrado é que podemos reduzir a distância que separa projectos mais avançados e iniciativas que caíram na estagnação, mantendo o equilíbrio das diversas forças sociais e evitando a bipolarização radical. Tanto a consolidação de bases como o desenvolvimento integrado constituem marcas de evidência de uma sociedade de excelência. Só com a valorização simultânea das noções de “consolidação de bases” e “desenvolvimento sustentado” é que teremos capacidade para sermos responsáveis pelo nosso destino, tirando partido das vantagens, para vencer os desafios e alcançar os frutos do sucesso. Só assim é que podemos garantir a qualidade das coisas e realizar os objectivos de estabilidade duradoura e progresso continuado para a nossa RAEM.

Nos últimos cinco anos, as gentes de Macau, no processo de participação na construção da Região Administrativa Especial, acumularam imensos saberes e experiências úteis e indispensáveis para alcançar o objectivo de elevação global de qualidade de vida. Os recursos e as forças que o Governo dispõe são oriundos da sociedade e da população de Macau. A população de Macau, enquanto dona do seu destino, é a primeira responsável pela sua auto qualificação. Para as gentes de Macau, o processo de elevação de qualidade de vida é sempre e em primeiro lugar um processo de luta, um processo de sacrifícios. Depois é que se chega o tempo para celebrar a vitória e colher os frutos do nosso labor. Nesta aventura em que as gentes de Macau são o verdadeiro timoneiro, as entidades da sociedade civil assumem um papel insubstituível, pelo que têm a obrigação de acompanhar as exigências da modernidade, procurando elevar as suas qualificações. Só com uma cultura associativa renovada e com um novo modelo de serviço à população se pode

alargar a sua base de representação e reforçar a coesão. Só assim é que as associações ganharão capacidades para desempenhar um papel útil de mediação, de suporte das políticas do Governo e de peça indispensável na promoção de solidariedade social e na grande obra de construção de uma sociedade de excelência.

As potencialidades do ser humano são elementos essenciais de uma sociedade de excelência. É nossa obrigação criar um ambiente de liberdade, justiça e atracção por forma que qualquer indivíduo, seja qual for o seu ponto de partida, esteja nas melhores condições para fazer uso do seu talento pessoal e realizar os seus sonhos. Neste contexto, é natural que aqueles dotados de maiores capacidades tenham mais hipóteses de sair vitoriosos. Mas, ao mesmo tempo, temos que aceitar a realidade que alguns vão ficar pelo caminho. No entanto, só uma sociedade de excelência saberá criar mais oportunidades para estas pessoas se recuperarem rapidamente das derrotas transitórias que sofreram e erguerem-se de novo, com vista a alcançar a vitória final.

A construção de uma sociedade de excelência está dependente de um trabalho de formação de valores éticos e qualificações humanas que vai do mais ínfimo pormenor até ao enquadramento institucional mais vasto. Os valores éticos, incluindo as virtudes morais pessoais e o sentido de responsabilidade para com a sociedade, são a nossa alma e elementos indispensáveis para todas as nossas acções. Na formação de uma sociedade de excelência, devemos conjugar o que há de melhor na civilização oriental e ocidental, harmonizar os valores da tradição e modernidade, atribuindo à família e à escola um papel de relevo. Sempre no respeito pela liberdade de pensamento individual e no juízo independente do ser humano, iremos lançar acções de difusão de valores éticos, no sentido da formação de um carácter recto dos cidadãos e costumes sociais saudáveis. Os quadros qualificados são a marca de qualidade de uma sociedade de excelência. Devemos, em primeiro lugar, criar condições e oportunidades para que os quadros de formação especializada e outros com competências polivalentes, possam desenvolver as suas capacidades em todos os domínios e postos de trabalho. Devemos também promover o recrutamento de quadros dotados de maiores capacidades e elevadas virtudes morais, sem olhar às suas origens, de modo a fomentar a complementaridade e intercâmbio de saberes. É com esta estratégia que iremos

construir, progressivamente, uma sociedade em que os quadros de excelência são tantos quanto as estrelas no firmamento, brilhando em todas as vertentes, realizando as suas potencialidades.

Ao longo deste ano, o desenvolvimento económico de Macau conheceu um ritmo acelerado. Todavia, apenas alguns ramos de actividades foram beneficiados por este desenvolvimento. Com a emergência de novos desafios resultantes da mudança rápida da conjuntura, temos a clara noção que muitas pequenas e médias empresas ainda se encontram em situação difícil e que a qualidade de vida da população carece de melhoria. Por isso, o Governo irá continuar a conceder o apoio necessário e eficaz a estas empresas e aos cidadãos, encorajando-os e apoiando-os para tirarem partido das oportunidades que lhes vão surgindo, superando todas as dificuldades e avançando com passos mais acelerados. Para esse fim, o Governo da RAEM irá implementar, no próximo ano, as seguintes medidas de apoio e assistência:

- ***Medidas de curto prazo no âmbito de redução e isenção fiscais:***
 - Dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa;
 - Dar continuidade à isenção do pagamento da contribuição industrial;
 - Dar continuidade à redução em 500 patacas da contribuição predial para todos os empresários e proprietários de fracções habitacionais, ficando isento do seu pagamento nos casos em que o montante devido seja igual ou inferior a 500 patacas;
 - Dar continuidade à isenção do pagamento da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
 - Dar continuidade à isenção do pagamento do imposto de turismo dos restaurantes;
 - Dar continuidade à isenção do pagamento da taxa de licença de exploração aos vendilhões.

- Na sequência da isenção do pagamento da renda de um trimestre em 2004 das bancas dos mercados, estender esta medida de isenção a todo o ano.
- ***Novas medidas de curto prazo no âmbito de redução e isenção fiscais:***
 - Isenção do imposto do selo sobre os seguros, à excepção do seguro de vida;
 - Isenção do imposto do selo sobre os juros e comissões das actividades de crédito bancário.

A aplicação desta política de redução e isenção fiscais implica uma diminuição de receitas fiscais, em 2005, em mais de 300 milhões de patacas.

- ***Nova medida no âmbito de acção social:***

Em atenção à solidariedade humana e ao amparo a que devemos aos mais idosos, o Governo irá instituir a partir do próximo ano uma pensão aos idosos.

Nos últimos anos, os trabalhadores da Função Pública, o Governo e a população em geral, mantiveram-se sempre unidos no propósito comum de construir a Região Administrativa Especial de Macau. No entanto, devido a condicionalismos da economia e razões históricas, os trabalhadores da Função Pública viram os seus salários congelados durante anos sucessivos. Após um longo período de ponderação e estudo, decidiu o Governo propor o aumento das suas remunerações em 5 %, a partir do próximo ano. O Governo irá apresentar no próximo ano à Assembleia Legislativa a proposta de lei sobre esta matéria, para efeitos de apreciação.

A noção de sociedade de excelência é um conceito-chave do desenvolvimento integrado da RAEM e o aperfeiçoamento da acção governativa, pelo que não deve ser considerado uma mera redundância conceptual ou um artifício desprovido de conteúdo, resultante de acções governativas anteriores. Pelo contrário, é uma ideia original e um processo sem precedentes. É também um objectivo que encerra uma mensagem estratégica específica e exige uma mudança de mentalidades e uma consciencialização da

nossa parte para compreender a sua essência. Este ideal abrange aspectos de civilização material e civilização espiritual, a Administração Pública e sociedade civil, obras de dimensões gigantescas e planeamento integrado ao mais ínfimo pormenor, concepções de extremo rigor e operações assentes em critérios científicos exigentes. Diferentes sectores terão que interagir, complementando-se com mais valias intrínsecas. A realização deste desígnio exige-nos uma determinação e força de vontade invulgares para vencer as dificuldades. Se não nos soubermos preparar com os instrumentos necessários e negligenciarmos os condicionalismos existentes, se não tivermos capacidade para perspectivar o futuro, contentando-nos com posturas superficiais de seguidismo de modas, então, cairemos no caos da desconcertação e da arbitrariedade no nosso percurso. Então, as nossas conquistas não passarão de vitórias pírricas, as nossas derrotas ir-se-ão converter em entraves intransponíveis a qualquer avanço e o funcionamento deficiente dos serviços públicos dará azo ao agravamento de conflitos sociais. Esses resultados irão deitar por terra o sonho de elevação global da qualidade de vida almejado por todos, obrigando-nos até a pagar um preço avultado pelas nossas falhas. A projecção deste cenário catastrofista levou o Governo a criar o Centro de Estudos para a Qualidade de Vida. Cabe a esta estrutura estudar com profundidade a realidade social e colaborar na definição de políticas e estratégias que tenham em conta os modelos internacionais mais avançados adaptados à situação de Macau. Ela deve também recolher os elementos teóricos e científicos para fundamentar as políticas do Governo, apresentando sugestões sobre a organização, calendarização, classificação e definição de prioridades na execução de medidas políticas, contribuindo, deste modo, para o aperfeiçoamento da acção governativa. Esperamos que a sua acção venha a contribuir para a realização, com maior brevidade, dos anseios e expectativas da população.

Acreditamos que a população de Macau, alimentada por uma forte união de propósitos e um espírito combativo, conseguirá atingir o objectivo de elevação plena da qualidade da vida. A coexistência do crescimento da riqueza e a sua repartição pela população, o desenvolvimento económico e o progresso humano, uma estética agradável e qualidades intrínsecas, o rigor científico e o calor humano e o sucesso nos empreendimentos e a justiça social são sinais inequívocos de uma sociedade de excelência. Nesta sociedade, o Homem é o primeiro e o último criador da felicidade, cabendo-lhe também a obrigação de levar essa felicidade aos outros. Nesta sociedade, são valorizadas a saúde física

e a saúde mental. Nesta sociedade, o cidadão exerce uma profissão em que se sente realizado, mas também tem uma vivência espiritual rica e diversificada. Nesta sociedade, os cidadãos são persistentes e não se deixam desanimar na luta para atingir os objectivos, mas também nunca irão sacrificar nesta luta o seu sentido de justiça. Nesta sociedade, o interesse colectivo é salvaguardado e o interesse individual é protegido. Nesta sociedade, os vencedores sabem ser humildes no momento da vitória e os vencidos saberão levantar-se, ganhando confiança. Nesta sociedade, os pioneiros sabem agarrar as oportunidades em primeiro tempo, colhendo os frutos do sucesso, mas os que partiram em desvantagem, também saberão queimar etapas para alcançar o êxito final. Nesta sociedade, coexistem a concorrência leal e a cooperação desinteressada, o desenvolvimento colectivo e a realização individual. Nesta sociedade, a singularidade regional está unida com as tendências de modernidade do Mundo, e os passos do indivíduo acompanham o ritmo dos passos da evolução histórica.

CONCLUSÃO

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

As gentes de Macau estão integradas num pequeno círculo de convivências, havendo, por isso, uma relação humana muito estreita nesta cidade. A generosidade, a tolerância, a dedicação ao trabalho e a simplicidade são os valores essenciais que sustentam esta relação. No entanto, quero aqui deixar claro uma ideia: a par do crescimento económico e progresso social, só quando dispomos de um espaço de vida pública com amplitude suficiente para permitir que o indivíduo se desenvolva na justiça, autonomia e criatividade é que podemos garantir que esses valores sociais deixem de ser palavras ocas. Não vamos ficar de braços cruzados, pois é a nós, à nossa geração, que cabe a responsabilidade de dar o primeiro passo para mudar as coisas. Só assim, é que podemos afirmar que a obra realizada pelos que vieram antes não foi em vão. Só assim é que estamos em condições de deixar um legado para as gerações vindouras. Só assim é que poderemos continuar a auto-valorizarmos, dando contributos úteis à Pátria e a todo o Mundo. A grande confiança que sentimos provém totalmente da confiança que temos na capacidade das gentes de Macau de criar História sob a égide do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Nesses

cinco anos da RAEM, as gentes de Macau deram provas sólidas de que possuem essa capacidade. As gentes de Macau fazem o futuro e o destino de Macau. Desde que saibamos sonhar com os nossos ideais e assumir responsabilidade pelos nossos feitos, conjugar o desenvolvimento económico com o progresso humano, assumir uma postura de humildade sem subserviência, reconhecer as qualidades próprias sem sobrançeria, explorar as vantagens e corrigir as insuficiências, associar o sentido de realidade com os objectivos idealizados e colocar a criatividade ao serviço de metas realizáveis, então seremos capazes de alcançar gradualmente os sonhos que animam as nossas acções.

Ao terminar, permitam-me reiterar os meus agradecimentos pelos contributos que a Assembleia Legislativa tem prestado à acção governativa. Desde o estabelecimento da RAEM, a Assembleia Legislativa tem dispensado um apoio solidário às acções do Governo, bem como apresentado sugestões e medidas correctivas em relação às nossas insuficiências, a fim de que as políticas do Governo possam ser aperfeiçoadas em tempo oportuno, sob a fiscalização deste órgão legislativo.

Mais, permitam-me afirmar que ao longo destes cinco anos, o Governo Popular Central tem dispensado uma atenção especial e um apoio solidário à RAEM, assumindo sempre o papel de garante sólido da estabilidade e do desenvolvimento em todos os domínios. Quero endereçar ao Governo Popular Central e a todas as suas delegações em Macau os meus sinceros agradecimentos.

Apresento, finalmente, as minhas saudações e sinceros agradecimentos a todos os trabalhadores da Função Pública, pela sua dedicação desinteressada ao serviço da comunidade. À população em geral que nestes cinco anos deu o seu estímulo à nossa acção governativa – o seu apoio e encorajamento constituem uma motivação reforçada para o Governo fazer mais e melhor, quero deixar uma palavra de profundo reconhecimento e grande admiração.

Tenho dito.

Obrigado Senhora Presidente.

Obrigado Senhores Deputados.